POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS
RUEDATA S.A.S
NIT. 901.132.481-4

Esta Política de Privacidade e Tratamento de Dados estabelece o âmbito de utilização e tratamento de dados pessoais de colaboradores (incluindo aspirantes a colaboradores), clientes, fornecedores e acionistas da RUEDATA S.A.S (doravante, RUEDATA). Da mesma forma, ficam estabelecidas as finalidades do referido tratamento e os direitos de todos os titulares de dados pessoais relativamente aos quais a RUEDATA realiza o tratamento.

I. INFORMAÇÕES DO CONTROLADOR

I.1 A RUEDATA é uma sociedade comercial que tem por objeto social o processamento de dados, alojamento e atividades conexas, atividades de desenvolvimento de sistemas informáticos (planejamento, análise, projeto, programação, testes), atividades de consultoria informática e administração de instalações informáticas, edição de programas informáticos (software).

Para o desenvolvimento do seu objeto social, a empresa poderá praticar qualquer ato comercial de direito, sem prejuízo disso, dedicar-se-á, entre outras, às seguintes atividades: A) A conceção, desenvolvimento e implementação de sistemas
produtos de informática em medição, B) Construção de produtos de informática e sua respectiva comercialização. C) Formação, aconselhamento e consultoria em todos os temas relacionados com tecnologia, engenharia, e-commerce, negócios na Internet, design gráfico e marketing na Internet. Desenvolva, comercialize e distribua as suas aplicações informáticas em modo de serviço, mais conhecido como SAAS (Software As a Service), entre outros.

I.1. Nossa sede principal está localizada na cidade de Bogotá D.C., Colômbia, na Avenida Calle 127 D # 19-18 na cidade de Bogotá, Colômbia.

I.2. A empresa possui uma subsidiária independente localizada naquela constituída de acordo com as leis mexicanas com domicílio no México, Estado de Puebla. O primeiro depoimento foi registrado no Registro Público de Comércio de Puebla sob a folha comercial eletrônica número N-2020066021.

I.3. A empresa possui uma entidade independente denominada **RUEDATA BRASIL TECNOLOGIA LTDA,** sociedade comercial devidamente constituída de acordo com as leis do Brasil.

I.4. As referidas entidades têm como principal matriz a RUEDATA INC, sociedade comercial devidamente constituída de acordo com as leis dos Estados Unidos e em particular do Estado de Delaware.

I.5. A empresa dispõe dos seguintes meios de comunicação, nos quais poderão ser apresentadas dúvidas, reclamações ou reclamações relacionadas com o tratamento de dados pessoais:

- Ambiente físico: Bogotá D.C., na Calle 127D # 19-18 na cidade de Bogotá, Colômbia
- E-mail: legal@ruedata.com
- Telefone: (+57) 3502467175
- Site: https://ruedata.com

II. QUADRO REGULATÓRIO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Esta política de tratamento de dados pessoais é elaborada de acordo com o disposto na Constituição Política, Lei 1.581 de 2012, Decreto Regulamentar 1.377 de 2013; Acórdão do Tribunal Constitucional C – 1011 de 2008, e C -748 de 2011; e as Resoluções e Circulares Externas emitidas pela Superintendência da Indústria e Comércio relativas ao Cadastro Nacional de Bancos de Dados.

Para os fins dos dados coletados no México, são utilizadas e aplicadas as disposições da Lei Federal de Proteção de Dados Pessoais Detidos por Pessoas Privadas ou da Lei de Proteção de Dados.

Da mesma forma, as disposições da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) são a lei de proteção de dados do Brasil.

As disposições acima mencionadas e suas complementares serão aplicadas pela RUEDATA no que diz respeito à recolha, armazenamento, utilização, circulação, eliminação e todas as atividades que constituam tratamento de dados pessoais.

III. DEFINICIONES

III.1. Autorização: Consentimento prévio, expresso e informado do proprietário, para realizar o tratamento de dados pessoais.

III.2. Aviso de privacidade: Comunicação verbal ou escrita gerada pelo responsável, dirigida ao titular do tratamento dos seus dados pessoais, através da qual é informado sobre a existência das políticas de tratamento da informação que lhe serão aplicáveis, a forma de acesso aos os mesmos e as finalidades do tratamento que se pretende dar aos dados pessoais.

III.3. Base de Dados: Conjunto organizado de dados pessoais que são objeto de tratamento.

III.4. Dados pessoais: Qualquer informação vinculada ou que possa ser associada a uma ou mais pessoas singulares específicas ou determináveis.

III.5. Dados públicos: São dados que não são semiprivados, privados ou sensíveis. São considerados dados públicos, entre outros, os dados relativos ao estado civil das pessoas, à sua profissão ou ofício e à sua condição de comerciante ou servidor público. Pela sua natureza, os dados públicos podem estar contidos, entre outros, em registros públicos, documentos públicos, diários e boletins oficiais e em decisões judiciais devidamente executadas e que não estão sujeitas a sigilo.

III.6. Dados semiprivados: Dados semiprivados são dados que não são de natureza íntima, reservada, nem pública e cujo conhecimento ou divulgação pode ser de interesse não apenas para o seu titular, mas também para um determinado setor ou grupo de pessoas ou para a sociedade em geral. , como os dados financeiros e de crédito da atividade comercial ou de serviços de que trata o Título IV da Lei 1.266, de 2008.

III.7. Dados sensíveis: Entende-se por dados sensíveis os dados que afetam a privacidade do titular ou cujo uso indevido possa gerar discriminação, como dados que revelem origem racial ou étnica, orientação política, convicções religiosas ou filosóficas, filiação a sindicatos, organizações sociais , organizações de direitos humanos ou que promovam os interesses de qualquer partido político ou que garantam os direitos e garantias dos partidos políticos da oposição, bem como dados relativos à saúde, vida sexual e dados biométricos.

III.8. Dados privados: Dados privados são dados que, pela sua natureza íntima ou reservada, só são relevantes para o titular.

III.9. Responsável pelo Tratamento: Pessoa singular ou colectiva, pública ou privada, que, por si ou em associação com terceiros, trata dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento.

III.10. Responsável pelo tratamento: Pessoa singular ou colectiva, pública ou privada, que, isoladamente ou em associação com outras, decide sobre a base de dados e/ou o tratamento dos dados.

III.11. Titular: Pessoa singular cujos dados pessoais são tratados.

III.12. Transferência: A transferência de dados ocorre quando o responsável e/ou encarregado pelo tratamento de dados pessoais, localizado na Colômbia, envia a informação ou os dados pessoais a um receptor, que por sua vez é responsável pelo tratamento e se encontra dentro ou fora do país.

III.13. Transmissão: Tratamento de dados pessoais que implicam a comunicação dos mesmos dentro da fora do território da República da Colômbia quando tenha por objeto a realização de um Tratamento pelo Encargado por conta do Responsável.

III.14. Tratamento: qualquer operação ou conjunto de operações sobre dados pessoais, histórias como lembrança, armazenamento, uso, circulação ou supressão.

IV. DADOS A COLETAR

2.1. Em relação aos funcionários e aspirantes a funcionários, a RUEDATA coletará e tratará os seguintes dados

Nome e sobrenome, nacionalidade, estado civil, número de identificação, carteira militar, carteira profissional, impressão digital, data e local de nascimento, estado civil, endereço para correspondência, IP, telefone de contato, email, trabalho, histórico acadêmico e patrimonial, referências, negócios histórico ou informações financeiras, judiciais, disciplinares e familiares com outras empresas ou entidades públicas, fotografias recentes, imagens em câmeras de vigilância;

histórico médico ocupacional; nome, número de identificação, telefone, sexo, data e naturalidade, local de trabalho, cargo ou profissão do cônjuge ou companheiro permanente de empregados e contratados e seus parentes até quarto grau de consanguinidade, segundo grau de afinidade e/ ou primeira relação civil, e quaisquer outros dados que sejam necessários para atingir os fins descritos nesta política.

2.2. Em relação aos clientes RUEDATA, recolherá e tratará os seguintes dados:

Nome e sobrenome, razão social, número de identificação, endereço para correspondência, IP, telefone de contacto, email, registos comerciais e judiciais, relações comerciais com outras empresas ou entidades públicas, matrículas e cartão de propriedade dos veículos, informações técnicas relacionadas com os veículos e seus peças como jantes/pneus, necessidades e interesses, informações financeiras e fiscais, assinatura, datas e horários de acesso às instalações da RUEDATA e quaisquer outros dados que possam ser necessários para atingir os fins descritos nesta política e no desenvolvimento dos serviços contratados.

2.3. Em relação aos fornecedores RUEDATA, recolherá e tratará os seguintes dados:

Nome e sobrenome, número de identificação, endereço para correspondência, telefone de contacto, email, registos comerciais e judiciais, relações comerciais com outras empresas ou entidades públicas, necessidades e interesses, dados financeiros e fiscais, assinatura, datas e horários de acesso às instalações da RUEDATA e quaisquer outros dados que possam ser necessários para atingir os fins descritos nesta política e no desenvolvimento dos serviços contratados.

2.4. Em relação à base de dados de acionistas, esta recolherá e tratará os seguintes dados:

Nome e sobrenomes, número de identificação, endereço para correspondência, telefone de contacto, email, registros comerciais e judiciais, informações financeiras e fiscais e quaisquer outros dados que possam ser necessários para atingir as finalidades descritas nesta política.

2.5. Dados sensíveis. A RUEDATA somente coletará e/ou tratará dados considerados Dados Sensíveis nos casos permitidos por lei. Além disso, os proprietários são

informados de que não são obrigados a fornecer os referidos dados nem a autorizar o seu tratamento.

2.6. Dados sensíveis de menores: A RUEDATA somente utilizará, armazenará e tratará dados pessoais de menores que sejam filhos, descendentes ou que dependam ou sejam responsáveis por funcionários ou contratados da RUEDATA. O referido tratamento terá como único objetivo planear e realizar atividades relacionadas com o bem-estar pessoal e familiar dos colaboradores e menores.

2.7. Dados sensíveis sobre o estado de saúde e histórico médico: Os dados relacionados ao estado de saúde dos funcionários ou contratados são Dados Sensíveis, portanto, de acordo com o disposto na regulamentação vigente, os Proprietários são informados que não são obrigados a fornecer os dados acima mencionados ou autorizar o seu processamento. Uma vez fornecidos os referidos dados e concedido o correspondente consentimento, os referidos dados serão recolhidos e tratados exclusivamente para os fins descritos nesta Política.

V. FINALIDADE PARA A QUAL É REALIZADA A RECOLHA DE DADOS PESSOAIS E O TRATAMENTO DELES

A RUEDATA S.A.S poderá utilizar dados pessoais para: a) Executar a relação contratual existente com os seus clientes, fornecedores e trabalhadores, incluindo o pagamento de obrigações contratuais; b) Fornecer os serviços e/ou produtos requeridos pelos seus usuários; c) Informar sobre novos produtos ou serviços e/ou alterações nos mesmos; d) Avaliar a qualidade do serviço; e) Realizar estudos internos sobre hábitos de consumo; f) Enviar para correio físico, eletrônico, celular ou dispositivo móvel, via mensagens de texto (SMS e/ou MMS) ou através de qualquer outro meio de comunicação analógico e/ou digital criado ou a ser criado, informações comerciais, publicitárias ou promocionais sobre os produtos e/ou serviços, eventos e/ou promoções de natureza comercial ou não comercial, a fim de promover, convidar, dirigir, executar, informar e em geral, realizar campanhas, promoções ou concursos de natureza comercial ou publicitária , avançados pela RUEDATA S.A.S e/ou por terceiros; g) Desenvolver o processo de seleção, avaliação e colocação profissional; h) Apoiar processos de auditoria interna ou externa; i) Cadastrar as informações dos empregados e/ou pensionistas (ativos e inativos) nas bases de dados da RUEDATA S.A.S; j) exercer o poder subordinado do empregador, bem como o poder de fiscalização do trabalho do

trabalhador; k) Os indicados na autorização concedida pelo titular dos dados ou descritos no respetivo aviso de privacidade, conforme o caso.

Caso sejam fornecidos dados pessoais, tais informações serão utilizadas apenas para os fins aqui indicados, pelo que a RUEDATA S.A.S não procederá à sua venda, licença, transmissão ou divulgação, a menos que: (i) haja autorização expressa para o fazer; (ii) seja necessário para permitir que contratantes ou agentes forneçam os serviços confiados; (iii) seja necessário para fornecer nossos serviços e/ou produtos; (iv) seja necessário divulgá-lo às entidades que prestam serviços de marketing em nome da RUEDATA S.A.S ou a outras entidades com as quais existam acordos conjuntos de mercado; (v) as informações estão relacionadas a processo de fusão, consolidação, aquisição, alienação ou outro processo de reestruturação societária; (vi) que seja exigido ou permitido por lei.

A RUEDATA S.A.S poderá subcontratar terceiros para o tratamento de determinadas funções ou informações. Quando o tratamento de dados pessoais for efectivamente subcontratado a terceiros ou os dados pessoais forem fornecidos a terceiros prestadores de serviços, a RUEDATA S.A.S alertará os referidos terceiros sobre a necessidade de proteger os referidos dados pessoais com medidas de segurança adequadas; a utilização da informação para próprios fins e solicita-se que as informações pessoais não sejam divulgadas a terceiros.

VI. MÉTODOS AUTORIZADOS DE RECOLHA DE DADOS PESSOAIS

A letra c) do artigo 3º da Lei 1.581 de 2012 define dados pessoais como qualquer informação vinculada ou que possa ser associada a uma ou mais pessoas físicas específicas ou determináveis.

Com efeito, a jurisprudência constitucional especificou que as características dos dados pessoais são as seguintes: i) referem-se a aspectos exclusivos e específicos de uma pessoa singular, ii) permitem identificar a pessoa, em maior ou menor grau, graças à visão geral que é alcançado com ele e com outros dados; iii) a sua propriedade pertence exclusivamente ao seu titular, situação que não é alterada pela sua obtenção por terceiro, legal ou ilícita, e iv) o seu tratamento está sujeito a regras (princípios) especiais relativas à sua recolha, administração e difusão.

Portanto, a coleta das informações requeridas poderá ser realizada por qualquer um dos seguintes meios, mas não se limitando a: (i) formatos físicos escritos; (ii) formatos

escritos em meio eletrônico; (iii) gravações de voz autorizadas; (iv) gravações de vídeo autorizadas; (v) qualquer meio técnico análogo que capte e/ou registre imagens, entre outros.

VII. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS SUJEITOS A TRATAMENTO PELA RUEDATA S.A.S.

Os titulares dos dados pessoais, por si ou através do seu representante e/ou procurador ou seu sucessor, poderão exercer os seguintes direitos, no que diz respeito aos dados pessoais que sejam objeto de tratamento pela RUEDATA S.A.S:

a) Direito de acesso: Ao abrigo do qual poderá aceder aos dados pessoais que se encontrem sob o controlo da RUEDATA S.A.S, para efeitos de os consultar gratuitamente pelo menos uma vez por mês civil, e sempre que haja modificações substanciais nas Políticas de Tratamento. informações que motivam novas consultas;

b) Direito de atualização, retificação e eliminação: Ao abrigo do qual poderá solicitar a atualização, retificação e/ou eliminação dos dados pessoais em tratamento, de forma a que as finalidades do tratamento sejam satisfeitas;

c) Direito de solicitar comprovante de autorização: exceto nos casos em que, de acordo com a legislação vigente, não seja necessária autorização para a realização do tratamento;

d) Direito de ser informado sobre a utilização de dados pessoais;

e) Direito de apresentar reclamações à Superintendência da Indústria e Comércio: por violação do disposto na regulamentação em vigor sobre tratamento de dados pessoais;

f) Direito de exigir o cumprimento de ordens da Superintendência da Indústria e Comércio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para efeitos do exercício dos direitos acima descritos, tanto o titular como a pessoa que o representa deverão demonstrar a sua identidade e, se for o caso, a qualidade em virtude da qual representam o titular.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os direitos dos menores serão exercidos por meio das pessoas autorizadas a representá-los.

VIII. DEVERES DA RUEDATA S.A.S.

a) Solicitar e guardar, nas condições previstas nesta política, cópia da respetiva autorização concedida pelo proprietário.

b) Informar de manera clara y suficiente al titular sobre la finalidad de la recolección y los derechos que le asisten por virtud de la autorización otorgada.

c) Informar a pedido do titular sobre a utilização dada aos seus dados pessoais.

d) Processar consultas e reclamações feitas nos termos indicados nesta política.

e) Garantir que os princípios de veracidade, qualidade, segurança e confidencialidade sejam respeitados nos termos estabelecidos na política seguinte.

f) Manter a informação nas condições de segurança necessárias para evitar a sua adulteração, perda, consulta, utilização ou acesso não autorizado ou fraudulento.

g) Atualize as informações quando necessário.

h) Retificar os dados pessoais quando apropriado.

i) Cumprir as instruções e exigências da Superintendência da Indústria e Comércio.

IX. PRESERVAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE DADOS

O Titular autoriza expressamente a RUEDATA a armazenar os seus dados pessoais da forma e com as medidas de segurança que considere mais convenientes e adequadas. As medidas de segurança que RUEDATA possui procuram proteger os dados dos Titulares de forma a evitar a sua adulteração, perda, utilização e acesso não autorizado.

Para tal, a RUEDATA implementa diligentemente medidas de proteção humana, administrativa e técnica que estejam razoavelmente ao seu alcance. O proprietário

aceita expressamente esta forma de proteção e declara que a considera conveniente e suficiente para todos os efeitos.

X. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

Préviamente e/ou no momento da recolha dos dados pessoais, a RUEDATA solicitará ao titular dos dados autorização para realizar a sua recolha e tratamento, indicando a finalidade para a qual os dados são solicitados, utilizando para o efeito meios técnicos automatizados, escrita ou oral, permitindo a preservação da comprovação da autorização e/ou conduta inequívoca descrita no artigo 7º do Decreto 1.377 de 2013. Referida autorização será solicitada pelo prazo de **4 (quatro) anos** ou enquanto for razoável e necessário para satisfazer as necessidades que deram origem ao pedido dos dados e, em qualquer caso, no cumprimento das disposições legais que regem a matéria.

XI. AVISO DE PRIVACIDADE

Caso a RUEDATA S.A.S não possa disponibilizar esta política de tratamento de informação ao titular dos dados pessoais, publicará o aviso de privacidade anexo a este documento, cujo texto será guardado para posterior consulta pelo titular dos dados e/ou a Superintendência da Indústria e Comércio.

XII. LIMITAÇÕES TEMPORÁRIAS AO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A RUEDATA S.A.S só poderá recolher, armazenar, utilizar ou fazer circular dados pessoais durante um período de quatro anos ou enquanto for razoável e necessário, de acordo com as finalidades que justificaram o tratamento, tendo em conta as disposições aplicáveis à matéria em causa. trata e dos aspectos administrativos, contábeis, fiscais, legais e históricos das informações. Uma vez cumpridas a(s) finalidade(s) do tratamento e sem prejuízo de disposições legais que disponham em contrário, os dados pessoais em sua posse serão eliminados. No entanto, os dados pessoais devem ser conservados quando tal for necessário para o cumprimento de uma obrigação legal ou contratual.

XIII. ÁREA RESPONSÁVEL E PROCEDIMENTO PARA O EXERCÍCIO DOS DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

O DEPARTAMENTO JURÍDICO será responsável por atender às solicitações, reclamações e reclamações apresentadas pelo titular dos dados no exercício dos direitos previstos na seção 3 desta política, com exceção do descrito na literal e). Para o efeito, o titular dos dados pessoais ou quem atue como seu representante poderá enviar o seu pedido, reclamação ou reclamação de segunda a sexta-feira, das 8:30Hrs às 17:30Hrs, para o email legal@ruedata.com

O pedido, reclamação ou reclamação deverá conter a identificação do proprietário, a descrição dos fatos que dão origem à reclamação, a morada, e acompanhar os documentos que pretende fazer valer. Se a reclamação estiver incompleta, o interessado deverá corrigir as deficiências no prazo de cinco (5) dias após o recebimento da reclamação. Decorridos 2 (dois) meses da data do pedido, sem que o requerente apresente as informações exigidas, entender-se-á que a reclamação foi abandonada.

XIV. PROCEDIMENTO PARA ENVIO DE DÚVIDAS, PEDIDOS OU SOLICITAÇÕES RELACIONADAS COM O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Se desejar exercer os seus direitos de solicitar modificações, eliminação, retificação ou outros, o proprietário deverá enviar um e-mail ou e-mail físico para os endereços de contato estabelecidos nesta Política de Tratamento. O procedimento que será seguido para tais comunicações será o indicado abaixo:

XIV.1. Quando o titular dos dados ou seus sucessores desejarem consultar as informações armazenadas na base de dados, a RUEDATA responderá à solicitação no prazo máximo de dez (10) dias úteis. Em cumprimento ao disposto na Lei 1.581 de 2012, quando não for possível atender a consulta no referido prazo, o Proprietário será informado, serão expressos os motivos do atraso e a data em que sua consulta será atendida será informada. ser indicado, o que não poderá exceder 5 (cinco) dias úteis após o término do primeiro prazo.

XIV.2. Revogação de autorização, retirada ou exclusão do Banco de Dados e reclamações sobre Dados Pessoais

Quando o titular dos dados ou seus sucessores considerarem que as informações contidas nas bases de dados devem ser corrigidas, atualizadas ou excluídas, ou quando constatarem o suposto descumprimento de algum dos deveres contidos

na Lei 1.581 de 2012, poderão apresentar reclamação perante RUEDATA, que será processado de acordo com as seguintes regras:

- A reclamação será feita através de pedido dirigido à RUEDATA. com a identificação dos Proprietários, será anexada a descrição dos factos que dão origem à reclamação, a morada e os documentos que pretende fazer valer. Se a reclamação estiver incompleta, a RUEDATA poderá exigir ao interessado a correção das deficiências no prazo de cinco (5) dias após o recebimento da reclamação. Decorridos 2 (dois) meses da data do pedido, sem que o requerente apresente as informações exigidas, entender-se-á que a reclamação foi abandonada. Caso a RUEDATA não seja competente para resolver a reclamação, notificará a parte competente no prazo máximo de dois (2) dias úteis e informará o proprietário da situação, eximindo-o assim de qualquer reclamação ou responsabilidade pelo uso, retificação ou exclusão de dados.

- Uma vez recebida a reclamação completa, quando esta não puder ser resolvida de forma expedita e desde que seja tecnicamente possível, será incluída na base de dados uma legenda que diz "reclamação em processo" e o motivo da mesma, num prazo não superior a dois (2) dias úteis. A referida legenda deverá ser mantida até que a reclamação seja decidida.

- O prazo máximo para atendimento da reclamação será de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do dia seguinte ao do recebimento. Quando não for possível atender a reclamação dentro do referido prazo, o proprietário será informado dos motivos do atraso e da data em que sua reclamação será atendida, que em nenhum caso poderá ultrapassar oito (8) dias úteis após o término do primeiro mandato. A retirada ou exclusão não ocorrerá quando houver obrigação contratual ou legal de permanência na base de dados RUEDATA, como, por exemplo, para cumprimento de deveres contábeis, fiscais, comerciais ou legais.

- Caso o destinatário da reclamação não tenha competência para resolvê-la, encaminhá-la-á à pessoa competente no prazo máximo de dois (2) dias úteis e informará o interessado da situação. Assim que a reclamação completa for recebida, uma legenda que diz “reivindicação em processo” e o motivo da mesma será incluída no banco de dados em um período não superior a dois (2) dias úteis. A referida legenda deverá ser mantida até que a reclamação seja decidida.

O prazo máximo para atendimento da reclamação será de 10 (dez) dias úteis contados a partir do dia seguinte ao do recebimento. Quando não for possível atender a reclamação dentro do referido prazo, o interessado será informado dos motivos do atraso e da data em que será atendida a sua reclamação, que em nenhum caso poderá ultrapassar cinco (5) dias úteis após o término do primeiro mandato.

XV. MEDIDAS DE SEGURANÇA

No desenvolvimento do princípio de segurança estabelecido na Lei 1.581 de 2012, a RUEDATA S.A.S adotará as medidas técnicas, humanas e administrativas necessárias para proporcionar segurança aos registros, evitando sua adulteração, perda, consulta, uso ou acesso não autorizado ou fraudulento. O pessoal que trata os dados pessoais executará os protocolos estabelecidos para garantir a segurança da informação.

XVI. VALIDADE, VERSÕES E ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Esta política de tratamento de dados pessoais entra em vigor a partir da sua assinatura e complementa as políticas associadas, com validade indeterminada. Qualquer alteração substancial nas políticas de tratamento de dados pessoais será comunicada atempadamente aos titulares dos dados através dos meios de contacto habituais e/ou através do site: https://ruedata.com

Para os titulares que não tenham acesso a meios eletrônicos ou que não possam ser contatados, a comunicação será feita por meio de editais abertos na sede da empresa. Esta política terá uma versão resumida, divulgada ao público em geral e aos usuários dos serviços da Entidade, em atendimento ao disposto na Lei 1.582 de 2012, decretos regulamentadores e demais regulamentações consistentes e vigentes.

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

I. OBJETIVO

O objetivo deste manual é definir as diretrizes para a implementação, monitoramento, manutenção e melhoria contínua da política de privacidade e tratamento de dados da Ruedata S.A.S.

II. ALCANCE

Ruedata S.A.S, identificada como NIT. 901.132.481-4, com sede na cidade de Bogotá D.C., na Calle 127D # 19-18, doravante denominada "Ruedata", na qualidade de responsável ou responsável pelo tratamento de dados pessoais, está comprometida com o processamento adequado dos dados. Portanto, este documento articula os procedimentos e atividades que envolvem o tratamento de dados pessoais, os quais estão alinhados às normas e diretrizes que o regulam.

III. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO TRATAMENTO DE DADOS

Ruedata garante o cumprimento e aplicação dos seguintes princípios, que estão alinhados com os estabelecidos no artigo 4º da Lei 1.581 de 2012:

1. Legalidade: Ao longo de todo o processo de tratamento de dados pessoais, desde o momento da captura, armazenamento e eliminação, deverão ser cumpridas as disposições regulamentares, utilizando os dados para os fins que estão previstos na lei e nas disposições regulamentares que os desenvolvem.
2. Finalidade: Todos os dados pessoais recolhidos deverão servir finalidades específicas de acordo com o tratamento que será dado aos dados.
3. Liberdade: A recolha, armazenamento e tratamento de dados pessoais só poderão ser realizados mediante autorização prévia e expressa do titular, que deverá ser informado sobre o tratamento que será dado aos seus dados pessoais. É proibida a divulgação ou socialização de dados pessoais sem autorização prévia, ou sem previsão legal que o permita.
4. Qualidade: A Ruedata deve promover que os dados pessoais que serão objeto de tratamento sejam verdadeiros, exatos, completos e atualizados, caso contrário poderão originar erros na execução do tratamento para o qual foram captados.
5. Acesso e circulação restritos: O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado por quem o titular tenha efetivamente autorizado, ou por pessoas autorizadas pelas disposições legais em vigor.
6. Segurança: Toda a informação associada aos dados pessoais tratados pela Ruedata deve ser protegida sob padrões de segurança adequados, implementando medidas operacionais, técnicas e humanas que evitem a perda, adulteração ou acesso não autorizado.

IV. DISPOSIÇÕES GERAIS PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Qualquer captura, coleta, utilização e armazenamento de dados pessoais realizada pela Ruedata no desenvolvimento de suas atividades, e para os fins estabelecidos na Política de Proteção de Dados Pessoais, requer consentimento livre, prévio, expresso, inequívoco e informado dos titulares.

Para tal, a Ruedata colocou à disposição dos titulares a autorização para o tratamento dos seus dados pessoais nos diversos cenários em que os dados são captados, tanto física como digitalmente, através de cobertura em modelos de autorização ou avisos. sobre a captação dos seus dados pessoais, o tratamento a que serão submetidos incluindo as finalidades, os seus direitos, os canais de exercício dos seus direitos e as informações relacionadas na Política de Proteção de Dados Pessoais.

Em todos os casos, a obtenção da autorização será efectuada nas diferentes modalidades estabelecidas na lei, tendo em conta a natureza de cada um dos canais de captação de informação, e a forma como é obtida, ou seja, se é através de documento escrito canal, um canal verbal ou através de conduta inequívoca.

É importante levar em consideração que em todos os casos a Ruedata deverá salvaguardar as autorizações obtidas para o tratamento de dados pessoais, visto que estas fazem parte da prova exigida pela Superintendência da Indústria e Comércio. Assim, devem ser guardados os formatos físicos onde existem autorizações, o registo de chamadas ou os formulários web nos quais se dá a rastreabilidade da aceitação do tratamento. A retenção documental das autorizações estará alinhada com as Tabelas de Retenção Documental da Ruedata de acordo com o tipo de documento que as contém ou ao qual estão associadas.

V. AUTORIZAÇÃO EM FORMATOS

Os modelos de autorização de tratamento de dados pessoais podem ser processados através de formatos web ou documentos físicos.

1. Autorização em formatos WED: As áreas que, no exercício das suas funções, ou porque realizam iniciativas que envolvam a recolha de dados pessoais através de formulários web, devem ter em conta os seguintes aspectos necessários à sua captação:
    a. Solicitar apenas os dados pessoais necessários de acordo com a finalidade do tratamento.

b. Liste no formato um aviso de privacidade que incorpore a autorização do tratamento por parte do proprietário.
c. O envio de informações através do formulário deverá estar condicionado à aceitação prévia da autorização para tratamento de dados.
d. Valide que o aviso de privacidade contém todas as finalidades de processamento associadas à captura de dados pessoais.
e. Validar que a plataforma que suporta o formulário web tem capacidade técnica, operacional e de segurança para armazenar as autorizações, e poder ter rastreabilidade nas mesmas. De preferência, deverá ser incluída a data em que a autorização foi obtida.

2. Autorização em formatos físicos: As áreas que realizam iniciativas que envolvam a recolha de dados pessoais através de formulários físicos devem ter em conta os seguintes aspectos:
   a. Solicitar apenas os dados pessoais necessários de acordo com a finalidade da captura
   b. Liste no formato um aviso de privacidade que incorpore a autorização de processamento de dados.
   c. Para que a Ruedata possa processar os dados capturados no formulário, o titular deverá dar autorização. Caso o proprietário não tenha autorizado, deverá ser analisado de forma independente.
   d. Valide que o aviso de privacidade contém todas as finalidades de processamento associadas à captura dos dados solicitados.
   e. Garantir a guarda dos formulários com suas respectivas autorizações.

VI. CUSTÓDIA DA AUTORIZAÇÃO

Quando a Ruedata realizar tratamento ativo de dados pessoais, deverá garantir a guarda e armazenamento da autorização para o tratamento dos dados. Da mesma forma, deverão ser disponibilizados à Superintendência da Indústria e Comércio ou ao Encarregado de Proteção de Dados caso assim o requeiram.

VII. PROVA DE AUTORIZAÇÃO

A Ruedata adotará as medidas necessárias para manter registros ou mecanismos técnicos ou tecnológicos adequados de quando e como obteve autorização dos titulares dos dados pessoais para o tratamento dos mesmos.

VIII. CASOS EM QUE NÃO É NECESSÁRIA AUTORIZAÇÃO

Há casos em que não é necessário solicitar a autorização do titular dos dados na recolha ou circulação, respetivamente, seja porque:

1. Existe uma disposição legal que exige a solicitação dos referidos dados ou informações pessoais.
2. Quando você for o representante legal do menor e solicitar tais informações, e atender e respeitar os melhores interesses do adolescente.
3. Quando envolve dados pessoais públicos.
4. Em casos de emergência médica e sanitária.
5. Quando se trata de dados pessoais relativos ao registo civil de pessoas.

IX. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE MENINOS, MENINAS E ADOLESCENTES

É proibido o Tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, exceto quando envolver dados de natureza pública, de acordo com o disposto no artigo 7º da Lei 1.581 de 2012 e quando o referido Tratamento observar os seguintes parâmetros e requisitos:

1. Que atenda e respeite os melhores interesses das crianças e adolescentes.
2. Respeito pelos seus direitos fundamentais é garantido.

Cumpridos os requisitos acima, o representante legal da criança ou adolescente concederá autorização prévia ao menor exercício do seu direito de ser ouvido, opinião que será valorizada levando-se em consideração maturidade, autonomia e capacidade de compreensão do material.

A Ruedata, como Controladora e Gestora envolvida no Tratamento dos Dados Pessoais de crianças e adolescentes, zelará pela sua utilização adequada. Para tanto, serão aplicados os princípios e obrigações estabelecidos na Lei 1.581 de 2012, no Decreto 1.377 de 2013 e demais regulamentações complementares.

X. NA COLETA DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Dados pessoais sensíveis são aqueles que, pela sua natureza, podem afetar a privacidade do titular ou ser utilizados para discriminá-lo. Portanto, seu tratamento

exige maiores cuidados e proteção. Na recolha de dados pessoais sensíveis deverão ser observadas as seguintes regras:

1. Os dados pessoais sensíveis deverão ser recolhidos nos casos em que sejam estritamente necessários à efetiva prestação do serviço prestado pela Ruedata.
2. Quando os dados forem solicitados em formato físico, deverão ser indicados os espaços onde se solicita o registo do seu caráter não obrigatório nos referidos dados.
3. Quando os dados pessoais são solicitados em formato digital, o colaborador que efetua o pedido deverá verificar se as caixas referentes a questões relativas a dados sensíveis não são obrigatórias.
   Nos casos em que a solicitação de dados pessoais sensíveis seja obrigatória por lei, os campos também deverão ser preenchidos de forma obrigatória.

XI. LIMITAÇÕES À UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

1. As utilizações de dados pessoais sensíveis deverão cumprir rigorosamente as finalidades indicadas na autorização de tratamento de dados pessoais.
2. Caso seja evidente uma nova utilização dos dados pessoais sensíveis recolhidos, a Ruedata deverá solicitar uma nova autorização para o tratamento dos dados pessoais.

XII. VALIDADE

Este manual é aplicável a partir de 1º de junho de 2023.

_____ *Documento final*

ANEXO 1. AVISO DE PRIVACIDADE DO SITE E SAAS

AVISO DE PRIVACIDADE

RUEDATA S.A.S, com NIT. 901.132.481-4, com endereço em Bogotá D.C., Colômbia, é responsável pelo tratamento dos dados pessoais que possam ser obtidos na página www.ruedata.com

Você poderá exercer seus direitos de conhecer, atualizar, retificar seus dados pessoais, questionar a forma como seus dados estão sendo e foram processados, solicitar comprovação da autorização concedida, fazer reclamações diretamente à Empresa e subsidiariamente à Superintendência de Indústria e Comércio, revoga a autorização concedida e solicita a eliminação parcial ou total dos seus dados pessoais, através dos seguintes meios:

Chat Whatsapp: (+57) 350 246 71 75
Telefone: (+57) 3502467175
Correio eletrônico: legal@ruedata.com